



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2025

Estabelece aumento de pena para o crime de interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública (Art. 266, CP) e institui penas em dobro se o crime é cometido por facções criminosas, milícias privadas ou organizações criminosas, e dá outras providências.

Autor: Deputado CÉLIO STUDART

Relator: Deputado SARGENTO PORTUGAL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 953, de 2025 (PL 953/2025), de autoria do Deputado Célio Studart, pretende estabelecer aumento de pena para o crime de interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública (Art. 266, CP) e instituir penas em dobro se o crime for cometido por facções criminosas, milícias privadas ou organizações criminosas.

Em sua justificativa, o Autor argumenta:

[...] Diante do crescimento das atividades de facções criminosas e seu impacto negativo sobre o Estado de Direito, o agravamento das penas aqui sugerido se faz necessário como uma ferramenta de desmantelamento dessas organizações, além de buscar inibir novos recrutas que podem ser atraídos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

pela baixa percepção de risco em participar dessas atividades ilícitas.

[...] Este Projeto de Lei pretende, portanto, reforçar o sistema penal brasileiro no enfrentamento do crime organizado, garantindo punições mais rígidas e adequadas à gravidade dessas ações criminosas. É uma resposta à crescente sofisticação e poder de influência dessas organizações, que necessitam ser combatidas com maior rigor, para assegurar a proteção da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

A proposição em tela foi apresentada no dia 12 de março de 2025. O despacho atual impõe a tramitação através das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), neste último caso, para análise de mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposição está sujeita à apreciação pelo Plenário desta Casa, pelo rito ordinário.

O PL 953/2025 foi recebido pela CSPCCO no dia 30 de abril de 2025 e, no dia 19 do mês seguinte, fui designado relator no seio desta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O PL 953/2025 foi distribuído à CSPCCO em função do que prevê o art. 32, XVI, “b” e “f”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Nesse contexto, nos termos do parágrafo único do artigo 126 do RICD, ficaremos restritos à discussão de mérito em torno da proposição, deixando temas de caráter constitucional ou de técnica legislativa, eventualmente cabíveis, para a CCJC, competente para tal. No mérito, o PL 953/2025 merece prosperar.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

A proposta promove alteração relevante no art. 266 do Código Penal ao elevar a pena base do crime de interrupção ou perturbação de serviços de telecomunicações e de informação de utilidade pública. O tipo penal, que anteriormente previa sanção de 1 a 3 anos de detenção e multa, passa a ser punido com 3 a 6 anos de detenção, além de multa. Essa elevação da pena básica reflete a gravidade crescente do delito em um contexto de maior dependência social e econômica dos serviços de telefonia, *internet* e sistemas informáticos.

A proposição também inova ao prever a duplicação da pena quando o delito for praticado ou ordenado por facções criminosas, milícias privadas ou organizações criminosas. Nesse cenário, a interrupção de serviços essenciais deixa de ser um ato isolado e assume a dimensão de ataque deliberado ao Estado e à coletividade, como demonstração de força e instrumento de intimidação social. O agravamento diferenciado, portanto, é medida proporcional ao risco ampliado dessas condutas.

Outro aspecto digno de nota é a previsão de que o vínculo do autor com organizações criminosas possa ser demonstrado a partir de indícios relevantes, sempre com manifestação do Ministério Público e da autoridade policial. Essa escolha legislativa busca compatibilizar a efetividade da persecução penal com as garantias do devido processo, evitando que exigências formais impossibilitem a responsabilização de agentes que atuam sob elevado grau de clandestinidade.

Ainda, o projeto estabelece que a aplicação da pena em dobro independe da existência de proveito econômico direto, reconhecendo que muitas vezes a motivação central dessas facções é o fortalecimento de sua autoridade em áreas sob disputa. Assim, mesmo quando não houver cobrança ou vantagem financeira imediata, a gravidade da conduta permanece elevada, justificando a resposta mais severa do Estado.

Em síntese, o PL 953/2025 atualiza e fortalece o tratamento penal de um crime cuja relevância cresce em razão do impacto direto sobre a sociedade. Ao aumentar a pena base e prever hipóteses qualificadas de maior rigor, a proposição se mostra adequada e necessária para enfrentar um padrão





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

de criminalidade que ameaça não apenas serviços essenciais, mas a própria autoridade estatal.

Por essas razões, votamos pela **APROVAÇÃO** do PL 953/2025, esperando apoio dos demais Pares.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado SARGENTO PORTUGAL
Relator

Apresentação: 30/09/2025 20:14:08.353 - CSPCCO
PRL 1 CSPCCO => PL 953/2025

PRL n.1

